

EDITORIAL

Maria de Lourdes Lima dos Santos

Fez um ano em Setembro que foi criado o Observatório das Actividades Culturais – vem a propósito dizer, resumidamente, o que se fez, o que se está a fazer e o que se pretende vir a fazer no próximo ano.

O que se fez

- uma análise sectorial desdobrada por 9 *áreas culturais* (animação, artes plásticas, cinema, dança, impresso/leitura, música, património, teatro, TV e Rádio), incidindo sobre *10 anos de políticas culturais em Portugal*
- a construção de um conjunto de indicadores relativos a *despesas públicas com a cultura e participação cultural e descentralização* (Portugal - 1985/95)
- um banco de dados sobre *a legislação da cultura* (itens: governos respectivos, órgãos legisladores, síntese do conteúdo dos diplomas, áreas culturais visadas, funções das políticas culturais, objectivos gerais, ...)
- um banco de dados sobre *o ensino artístico* (graus e modalidades de ensino, áreas dominantes, distribuição geográfica, número de alunos matriculados, número de estabelecimentos, ...)
- um banco de dados sobre *as fundações culturais* (fundadores, data de fundação, órgãos estatutários, capital inicial e capital actual, número de empregados, objectivos e actividades, áreas culturais privilegiadas, subsídios recebidos e atribuídos, publicações, bolsas e prémios, distribuição geográfica, ...)
- um banco de dados sobre *grandes eventos culturais* (data e duração, objectivos gerais e específicos, receitas e despesas, orçamentos por áreas, iniciativas, públicos, ...)
- um estudo sobre *10 anos de Mecenato em Portugal* (1. caracterização de 1.500 projectos que pediram a Declaração de Manifesto Interesse Cultural, dos respectivos *requerentes* e *apoiantes*, volume dos *montantes concedidos*; 2. *um inquérito* a empresas com práticas mecenáticas)
- actividades de colaboração com o exterior (participação no Grupo de Trabalho de Estatísticas da Cultura da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais do Conselho

Superior de Estatística; participação em encontros internacionais sobre temáticas da cultura; fornecimento de informação vária a organismos internacionais, ...)

- a publicação da OBS
- a apresentação pública de resultados parciais do estudo para o programa europeu *Exame às Políticas Culturais Nacionais* (1ª mesa redonda – CCB, Maio 97; 2ª mesa redonda – CCB, Outubro 97)

O que se está a fazer

- o prosseguimento do *Exame às Políticas Culturais Nacionais* (análise global e temas-chave transversais) e a realização de reuniões de trabalho com os peritos do Conselho da Europa que farão o exame do Exame
 - a 1ª fase de um projecto de investigação-acção integrando 3 *pesquisas participadas por alunos finalistas do ensino superior* em 3 pontos do país (Norte – levantamento da oferta local de leitura; Centro – inquérito às leituras de estudantes liceais; Sul – estudo de caso sobre uma biblioteca pública) – projecto apoiado pelo IPLB
 - a 1ª fase de um projecto de avaliação sobre a aplicação da *lei do preço fixo do livro* – projecto apoiado pelo IPLB
 - a preparação do lançamento da Colecção *OBS - Pesquisas* ainda em 97

O que se pretende vir a fazer em 98

- a divulgação dos bancos de dados atrás indicados e dos resultados das pesquisas levadas a cabo no Observatório
 - a realização de debates em torno dos trabalhos publicados
 - o desenvolvimento de novos projectos cujas propostas foram já apresentadas
 - a realização de um encontro alargado para a apresentação, em Lisboa, do *Relatório sobre as Políticas Culturais Nacionais*, antes deste ser debatido em Estrasburgo no Conselho da Europa (Outubro 98).

Depois deste rápido inventário de realizações e expectativas, algumas palavras sobre o nº 2 da OBS.

Conforme o leitor verá, as *políticas culturais* são o objecto em torno do qual se desenvolvem tanto o **Debate** como o **Tema** – objecto complexo e ambíguo, cuja análise se defronta com

problemas de definição conceptual e de procedimentos metodológicos, por um lado, e de definição dos próprios objectivos das políticas culturais, por outro.

António Firmino da Costa propõe, para reflexão e debate, a sua leitura dos contributos de dois outros autores (J. Madureira Pinto e Augusto Santos Silva). Seguindo uma linha de problematização orientada, privilegiadamente, para as relações entre cultura e poder, A. Firmino da Costa destaca e articula determinados elementos das análises dos autores referidos, ajudando-nos, assim, a demarcar teoricamente o campo de incidência das políticas culturais e a natureza dos agentes culturais envolvidos. Alguns instrumentos fecundos para quem trabalha sobre ou para este domínio: os 2 eixos analíticos avançados por Madureira Pinto (5 tipos de espaços culturais x 4 modos de relação com os bens culturais); as várias proposições-chave formuladas por Santos Silva (papel do “terceiro sector” e das dinâmicas de parceria e de partenariado).

Ainda na secção **Debate**, Alexandre Melo alerta-nos para os equívocos a que a definição dos objectivos das políticas culturais pode dar lugar quando não se clarifiquem cuidadosamente os conteúdos das noções utilizadas. Um objectivo aparentemente consensual – a democratização cultural – serve-lhe de ilustração fértil para uma discussão dos diferentes pressupostos aí implicados e para uma advertência quanto às possíveis definições populistas e mercantis daquele mesmo objectivo.

Para o **Tema**, Eduardo Prado Coelho traz-nos, num balanço informado pela sua experiência, o diagnóstico do que tem sido a política cultural de Portugal no estrangeiro e a correspondente prescrição. Do diagnóstico ressalta a carência de uma política integrada (falta de articulação entre diferentes pelouros governamentais; entre diferentes áreas de conhecimento) e de recursos técnicos, financeiros e organizacionais adequados a uma acção concertada. Da prescrição faz parte um elenco de importantes condições em que a profissionalização dos agentes culturais é um dos factores determinantes no jogo concorrencial pela afirmação das línguas e das culturas no mundo.

Na secção **Indicadores**, a área em causa, neste número, é o *teatro* (no nº 1 foram fornecidos dados sobre o cinema). João Miguel Teixeira Lopes ocupa-se aqui com a questão da participação – as taxas de frequência do teatro ao longo de 10 anos (1985/95) se não revelam grandes surpresas, são, pelo menos, pretexto para o autor nos dar conta das suas reflexões sobre várias questões ‘quentes’. Nomeadamente a questão da relação artista-público segundo o ponto de vista do artista e segundo o ponto de vista do decisor público. E, a partir daqui, as implicações da centralidade (ou não centralidade) dos públicos nas políticas para o sector e as implicações do reconhecimento (ou desconhecimento) dos artistas quanto à recíproca determinação entre produção e recepção.